

Apresentação:
A história da sociologia alemã e sua recepção no contexto brasileiro¹

Elizangela Valarini²
Márcio de Carvalho³

O desenvolvimento do pensamento social alemão, sua difusão e institucionalização como disciplina estão diretamente relacionados com a trajetória histórica da sociedade alemã, a qual não pode ser desconsiderada na análise de seu desenvolvimento e expansão.

O pensamento social alemão, antes do século XIX, estava fortemente enraizado em correntes filosóficas europeias e, posteriormente, sofreu grande influência do pensamento filosófico de Emmanuel Kant e tinha uma base forte nas ciências históricas. Portanto, numa visão ampla e ainda sem falar de uma sociologia estabelecida como disciplina (LICHTBLAU, 2017), a história da sociologia alemã aponta para a existência de autores que contribuíram não somente para o estabelecimento da sociologia alemã, mas sim para uma sociologia europeia, ainda nos períodos do Iluminismo e Romantismo (KÖNIG, 1987; EISERMANN, 1969). Isso significa que o pensamento social alemão estava presente no contexto acadêmico europeu muito antes da Sociologia se estabelecer como área específica das Ciências Sociais. Diante do contexto impreciso relacionado à definição e limitação formal da sociologia, alguns autores como Jürgen Habermas, defendem uma compreensão generalizada da sociologia como “Teoria da Sociedade Burguesa” [*Theorie der bürgerlichen Gesellschaft*] (HABERMAS, 1971, p. 80). Com o movimento positivista de Saint-Simon e seu discípulo August Comte na França, os primeiros esforços para o estabelecimento da Sociologia como área independente do conhecimento puderam ser datados. August Comte, internacionalmente conhecido como o

¹  Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

² Dra. Elizangela Valarini é pesquisadora e docente na *Instituto de Sociologia Max Weber* na Universidade de Heidelberg. E-mail: elizangela.valarini@mwi.uni-heidelberg.de

³ Márcio de Carvalho é Mestre em Sociologia Política e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Sta. Catarina (PPGSP-UFSC). Email: marciodecarvalho1@gmail.com

fundador do movimento positivista, foi o primeiro a utilizar em sua obra o termo “sociologia”. (LICHTBLAU, 2017; LICHTBLAU, 2018). Tanto as obras de Saint-Simon como as de August Comte estão inseridas em um contexto específico de crise da sociedade “moderna” que, principalmente através da Revolução Francesa de 1789, gerou na Europa continental o surgimento de inúmeras questões sociais, até então inexistentes (LICHTBLAU, 2017; 2018).

Embora nos países europeus falantes da língua alemã (Alemanha, Austria e Suíça), o uso dos termos “Ciências da Sociedade” [*Gesellschaftswissenschaft*] e “Estudos da Sociedade” [*Gesellschaftslehre*] pudessem ser encontrados ainda em meados do século XIX, a atribuição dada a estes termos, não poderia ser comparada à compreensão que se tem de “sociologia” a partir de 1900, presente nas obras de alguns clássicos da época como Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber. O termo “Ciências da Sociedade” foi utilizado pela primeira vez pelos professores de “Direito do Estado” [*Staatsrechtslehre*] Robert von Mohl e Lorenz von Stein. O uso deste termo estava relacionado ao movimento francês de crise da sociedade “moderna”. No entanto, a independência da Sociologia como área de estudo no contexto acadêmico de 1871 não se tornaria possível sem a criação de periódicos acadêmicos nas áreas das “Ciências do Estado” e “Ciências da Sociedade”. Sendo assim, a criação de Cátedras de Sociologia teve, sem dúvida, grande importância para o processo de institucionalização da disciplina, mas a participação dos periódicos neste processo foi decisiva, os quais desempenharam o papel de divulgar e reforçar abordagens, assuntos e temas sociológicos atuais. A fundação de sociedades e associações de sociólogos, como o *Vernein für Socialpolitik* e a *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* também foram fundamentais para a diferenciação e estabelecimento da Sociologia como área de estudo no meio acadêmico (LICHTBLAU, 2018).

A sociologia dos anos 20 estava consolidada, mesmo consistindo de diferentes movimentos teóricos, ou ainda de diferentes “escolas”. Uma série de debates sobre a Sociologia como ciência também estavam presentes neste período. Um dos mais conhecidos e que gerou grandes controvérsias, marcando o futuro da Sociologia como ciência e da metodologia das Ciências Sociais foi o “Postulado de Juízo de Valor” [*Wertfreiheitspostulat*], o qual tinha como um dos seus principais representantes Max Weber, juntamente com Werner Sombart e Ferdinand Tönnies (DAHMS, 2018). Weber defendia que as Ciências Sociais, e com isso a Sociologia, deveriam estar livres de qualquer juízo de valor, levantando assim o postulado “liberdade de valores”. Isso significa que nas Ciências Sociais, consideradas como ciências empíricas, a empiria teria o papel de instruir o pesquisador na compreensão de um fenômeno ou uma situação verificada, no entanto poderia atribuí-los um juízo de valor (idem).

O postulado sobre a liberdade de valores nas Ciências Sociais influenciou significativamente o desenvolvimento da Sociologia e posteriormente as discussões metodológicas (OPP, 2005). Juízo de valor é compreendido pelos defensores deste postulado como declarações, as quais conduzem a afirmações de julgamento sobre algo ser como “correto” ou “incorreto”, “aceitável” ou “não aceitável”, etc., quando tais afirmações fossem pronunciadas sem base empírica. No entanto, decisões ou declarações pronunciadas a partir de resultados empíricos, não teriam este caráter (idem). O postulado de juízo de valor possibilitou o debate e a prática do que hoje compreendemos sobre a “objetividade” e “neutralidade” do pesquisador em relação à análise de fenômenos sociais, um dos fundamentos do pensamento social alemão.

Após a Segunda Guerra Mundial, no que se refere ao desenvolvimento teórico do pensamento social alemão, seus caminhos foram marcados pela mistura entre posições já existentes nos anos de 1920, e pela recepção parcial da sociologia desenvolvida internacionalmente, sem que houvesse a formação de “uma” sociologia alemã. O pensamento social alemão, o qual nos anos 20 era marcado por ter uma estampagem própria, deu lugar no período Pós-guerra para uma sociologia, que buscou adaptar-se ao desenvolvimento internacional (LEPSIUS, 1979).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a sociologia alemã foi praticamente dissolvida, enquanto disciplina acadêmica. Sendo assim, diferentemente de outras disciplinas, ela passou por um processo de “reconstrução” a partir de 1945. Esse processo se deu em várias esferas: profissional, institucional e programas acadêmicos. Com a tomada de poder pelo Nazismo, não somente o significado histórico-científico presente na sociologia alemã foi rompido. A maioria dos sociólogos, dentre eles os conhecidos internacionalmente, haviam sido expatriados, demitidos, forçados a se afastar ou tinham emigrado da Alemanha neste período pela própria vontade. Além disso, predominava a escassez de uma nova geração de docentes e professores, assim como de problemas centrais de investigação sociológica que não eram trabalhados, mesmo por aqueles que permaneceram na Alemanha. Dois terços dos professores catedráticos e não catedráticos foram expulsos das universidades por incidentes políticos. Cátedras de Sociologia foram anuladas, professores demitidos e centros e institutos de pesquisas reconhecidos foram deslocados da Alemanha, como foi o caso do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt, o qual foi primeiramente transferido para Paris e posteriormente para New York. Os centros de pesquisas e universidades que ainda tentavam “fazer” sociologia permaneceram na Alemanha porque se adaptaram à situação política da época. O mesmo ocorreu com os periódicos científicos (LEPSIUS, 1979). No entanto, com todos os esforços de adaptação realizados por alguns professores, como Hans Freyer – para

continuar desenvolvendo programas de pesquisa e Teoria Sociológica, neste período –, a disciplina sociológica não foi conduzida para o desenvolvimento de uma sociologia de caráter nazista. Esta não pode emergir porque o determinismo racista impregnado na visão de mundo nazista trazia em si exatamente os elementos opostos de um programa de análise sociológica (LEPSIUS, 1979, p. 28).

O final da guerra significou também o fim da sociologia existente nos anos 20. No entanto, havia uma série de sociólogos dispostos a reconstruir a disciplina. Dentre eles se destacou Leopold von Wiese, quem teve a iniciativa de reativar a Associação Alemã de Sociologia [*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*]. Nem todos os sociólogos exilados retornaram à Alemanha, assim como nem todos os institutos de pesquisa e análise sociológica foram repatriados. A nova formação da sociologia alemã, assim como seu estabelecimento, ocorreu de fato na década de 1950, quando a disciplina pode novamente ser institucionalizada nas universidades a partir da abertura de novas cátedras e da formação de uma nova geração de professores e docentes, os que marcaram o desenvolvimento do pensamento social alemão na década seguinte. O pensamento social alemão dos anos 50 incorpora diferentes perspectivas relacionadas não somente ao conteúdo, mas também a sua função (idem).

O primeiro grupo de sociólogos do período Pós-guerra não tinha mais orientação conceitual e teórica nas correntes clássicas de pensamento das décadas de 1920 e 1930. Este grupo tinha como principal foco de pesquisa (período entre final de 1950 e início de 1960) temas relacionados nas áreas de “sociologia industrial”, “classes” e “mobilidade social”, assim como conflitos sociais, talvez porque nestas temáticas fossem expressas questões sociológicas que se opunham diretamente com ideias nazistas. Com relação aos métodos empíricos de pesquisa social, a sociologia americana exerceu um papel decisivo para o desenvolvimento do pensamento social alemão. A sociologia americana foi recepcionada criticamente, em especial as abordagens relacionadas à sociologia industrial e à sociologia de classes e mobilidade social. Embora, a corrente teórica mais forte neste período fosse o funcionalismo estrutural, pode se observar o desenvolvimento e até mesmo o renascimento de correntes teóricas já existentes, assim como o nascimento de novas abordagens (LEPSIUS, 1979). O desenvolvimento da teoria crítica avança por meio de *Jürgen Habermas*, a teoria dos sistemas de Niklas Luhman nasce, e a abordagem fenomenológica é revivida através de Thomas Luckmann e Joachim Matthes (LEPSIUS, 1979, p. 51). Nos anos 60, o enquadramento teórico sociológico se fortaleceu, assim como se esclareceu através de posições contrárias existentes, e da recepção do pensamento social de *Karl Popper* e do

racionalismo crítico. Neste contexto cresce o interesse e a importância da sociologia compreensiva de Max Weber.

No Brasil, a participação do pensamento social alemão não teve um início tão promissor quanto o processo experienciado pela etnologia, a qual foi introduzida através de contribuições significantes de escritos de Hans Staden, Carl Friederich Philipp von Martius, Theodor Koch-Gruenberg, entre outros (VILLAS BÔAS, 2008). Ao contrário da experiência da etnologia, a sociologia alemão foi inserida no Brasil sob influência da velha relação dicotômica existente entre teoria e empiria. Enquanto a atribuição filosófica do pensamento social alemão trazia anonimato aos sociólogos adeptos e afins da sociologia teórica, a crítica em relação às dificuldades de instrumentalização e operacionalização dos conceitos teóricos em pesquisa empírica dava força os argumentos contrários. Ao mesmo que a sociologia clássica alemã exercia fascínio no meio acadêmico brasileiro, ela também provoca descontentamento entre os leitores adeptos da sociologia americana, com a sua integração de conceitos de autores estrangeiros à sua tradição pragmática e a-histórica (idem).

A sociologia no Brasil, em seus primórdios, estava mais focada em questões relacionadas a problemas específicos da sociedade brasileira, ao invés de se dedicar a questões no âmbito teórico e/ou metodológico, como era o caso da sociologia alemã ou sociologia francesa (VILLAS BÔAS, 1997). “A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira” (VILLAS BÔAS, 1997, p. 74).

Enquanto nos dez primeiros anos do Pós-guerra uma parte significativa das pesquisas e dos escritos sociológicos brasileiros tratava do conhecimento do mundo rural, da mobilidade social de diferentes grupos étnicos, a pergunta principal dos trabalhos sociológicos a partir de meados dos anos 50 tinha como foco o tema da modernidade. Com isso, ampliava-se não somente o leque temático, mas também as abordagens teóricas necessárias para explicar tal fenômeno. Além do tema da modernidade, sociólogos brasileiros também estavam envolvidos com questões relacionadas ao seu próprio papel no contexto de uma sociedade de mudanças (idem).

Mesmo diante de obstáculos, como o enquadramento metodológico-empírico em detrimento do teórico-histórico, preferido por sociólogos brasileiros ou, ainda, do enfoque voltado para problemas específicos da sociedade brasileira, o pensamento social alemão pode se instalar no contexto da sociologia brasileira. Publicações e traduções de obras alemãs despertaram grande interesse dos sociólogos brasileiros ainda nas décadas de 1940 e 1950.

Neste período, a recepção da sociologia teve um caráter instrumental, pois serviu para a apropriação de conceitos, ideias e abordagens sociológicas alemãs (VILLAS BÔAS, 2008).

Mesmo que a sociologia brasileira no período Pós-guerra estivesse envolvida na investigação de problemas relacionados ao desenvolvimento da sociedade brasileira, pode-se verificar a recepção de ideias de autores alemães, como Georg Simmel, Werner Sombart, Alfred Vierkandt, Richard Thurnwald, Karl Dunkmann, Ferdinand Tönnies und Leopold von Wiese, os quais podiam ser encontrados em obras de sociólogos brasileiros entre os anos de 1945 à 1955 (VILLAS BÔAS, 1997). Os autores recepcionados neste período representavam uma vertente da sociologia preocupada com as relações, interações de indivíduos e grupos (VILLAS BÔAS, 1997, p. 76). No segundo período, entre 1955 e 1965, as referências mais frequentes eram dos sociólogos Hans Freyer, Karl Mannheim e Max Weber, que embora tenham tido trajetórias intelectuais bem distintas, são recebidos nesta fase principalmente por tratarem de questões relevantes ao papel da sociologia com relação às mudanças sociais (idem).

A tradução de obras de sociólogos alemães e publicações em jornais de sociologia reconhecidos desempenhou um grande papel para difusão e institucionalização de parte da sociologia alemã no Brasil. Villas Bôas (2008) divide este processo de apropriação de conceitos e ideias em três modalidades diferentes. A primeira delas se define pela leitura de autores alemães reinterpretados, que se tornaram parte do processo de reflexão e da pesquisa sociológica. Tais textos eram introduzidos na sociologia brasileira através da tradução de artigos alemães por Emilio Willems e Romano Barreto para a *Revista Sociologia*, em 1939. Até o ano de 1955, artigos de autores alemães como Emílio Willems, Karl Marx, Georg Simmel, Max Weber, Leopold von Wiese e Karl Mannheim eram os mais citados na revista. A tradução de obras de sociólogos alemães, como de Karl Mannheim tinha grande repercussão na época. Na década de 1950, autores clássicos alemães faziam parte da bibliografia de importantes trabalhos e obras de sociólogos brasileiros como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Evaristo de Moraes Filho ou Alberto Guerreiro Ramos. Além disso, a introdução da obra de Max Weber e Karl Marx marcou o perfil da sociologia brasileira, dividindo-a entre os sociólogos “marxistas” e “não marxistas”. A segunda forma de apropriação das ideias e conceitos do pensamento social alemão descreve a sua perda do caráter instrumental, característica da primeira fase de recepção dos autores alemães e de outros países no Brasil. A apropriação dos conceitos e teorias neste período se deu com o intuito de usá-los como objeto de reflexão própria, servindo para investigações de questões relacionadas ao papel do sociólogo e da sociologia para a sociedade. Uma terceira modalidade

de apropriação do pensamento social alemão pela sociologia no Brasil é descrita por Villa Bôas (2008) como a identificação do caráter cognitivo da sociologia brasileira, através da identificação das bases deste pensamento na sociologia alemã.

Identificar as bases cognitivas da sociologia brasileira e sua origem no pensamento social alemão não se constitui o objetivo deste Dossiê. Os artigos que para este foram selecionados e serão apresentados, escritos por autores brasileiros e estrangeiros, abordam conceitos teóricos clássicos e modernos com base no pensamento social alemão, assim como discutem resultados e métodos de pesquisas empíricas. O Dossiê está organizado em dois grandes blocos temáticos. O primeiro trata de questões teórico-epistemológicas, enquanto o segundo aborda temas de cunho empírico-metodológico.

No primeiro bloco, Natalia Romanovski delinea em seu artigo as características que justificam a ascensão da sociologia alemã da década de 1920, em comparação com a “estagnação” da sociologia britânica. A explicação para as diferentes trajetórias tomadas – sociologia alemã e britânica – vão para além das condições estruturais de seu estabelecimento. A autora busca na base do pensamento sociológico alemão explicações para sua institucionalização como disciplina e sua difusão no meio acadêmico, além dos indicadores que explicam o processo inverso ocorrido no Reino Unido. Características estruturais existentes no contexto alemão anterior a Segunda Guerra Mundial – como a existência do *Verein für Socialpolitik*, fundado em 1872 e posteriormente a consolidação da *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* (DGS) – desempenharam um importante papel no processo de institucionalização da sociologia na Alemanha não somente como disciplina independente, mas também para a sua difusão internacional. A autora chega à conclusão que condições estruturais da época, isoladamente, não podem explicar o sucesso da sociologia alemã, uma vez que, no Reino Unido, a sociologia contava com uma cátedra desde 1906, criada na *London School of Economics*. Para explicar o sucesso e o fracasso da institucionalização do pensamento social em ambos os países, Romanovski reconstrói historicamente a trajetória do pensamento social alemão e sua capacidade – mesmo em sua diversidade conceitual – de explicar os movimentos sociais da época. A “variedade” do pensamento social na época parece não ter sido um elemento negativo para a consolidação da disciplina sociologia, mas que, ao contrário, pode ter contribuído positivamente para a institucionalização e legitimação da sociologia como ciência.

A “variedade” do pensamento social alemão no final do século XIX ao século XX é objeto de discussão de Hugo Neri em seu artigo. O problema central da “variedade” do pensamento social tange o tratamento dos problemas “O que é conhecimento?” e “Como o

conhecimento pode ser desenvolvido?” Sua resposta para estas perguntas baseiam-se na análise do historicismo de Troeltsch, cujo diagnóstico do pensamento clássico da época contribui não somente para a compreensão do pensamento sociológico, mas, acima de tudo, para o entendimento de seu posicionamento com relação ao papel atribuído à atividade científica. Neri conclui que a questão principal relacionada à natureza do conhecimento e o seu desenvolvimento, correspondem, por um lado, às ideias de visão de mundo [*Weltanschauung*] e significado histórico. Por outro lado, estas questões teriam correlação à divisão do trabalho intelectual entre filósofos e historiadores. Embora a questão epistemológica do conhecimento e de seu desenvolvimento tenha sido tratada por diferentes correntes de pensamento, ela encontrou no Neokantismo o seu principal contexto intelectual. Dando continuidade ao pensamento neokantiano, Iann Endo Lobo investiga nesta corrente as bases para o desenvolvimento da sociologia alemã, a partir da importância desta escola para a formação do pensamento social. Lobo tem como foco as contribuições de Heinrich Rickert e Wilhelm Windelband, representantes da escola neokantiana de Baden, a qual teve influência sobre o pensamento de clássicos da sociologia, por exemplo, Max Weber. A escola neokantiana contribuiu significativamente para o desenvolvimento do pensamento sociológico, não se restringindo somente ao debate epistemológico, mas através da fundamentação de critérios relevantes para a seleção de objetos de interesse de pesquisa social, assim como também para a sua inserção no contexto histórico e cultural.

Com relação à teoria de Norbert Elias, Ana Maria Bourguignon e Dircéia Moreira discutem sobre os principais conceitos teóricos fundadores de sua abordagem. Os principais critérios como “objetividade” e “subjetividade”, presentes em seu pensamento social, são resgatados, assim como a sua concepção a respeito da ciência. Com isso, Bourguignon e Moreira, identificam as contribuições de Norbert Elias para o desenvolvimento das ciências sociais. Débora Previatti mantém como foco de seu artigo a análise do pensamento de Norbert Elias, tomando como escopo a análise de sua biografia e a repercussão de sua vivência em Heidelberg e Frankfurt sobre a formação de seu pensamento social. Em Heidelberg, Norbert Elias teve a introdução na teoria de Max Weber, por meio de sua inserção no círculo de estudiosos weberianos. Sua mudança para Frankfurt deu continuidade ao desenvolvimento de seus conceitos teóricos, seguindo, no entanto, o modelo teórico de Karl Mannheim. Segundo as autoras, as relações sociais-acadêmicas de Norbert Elias em Heidelberg foram cruciais para a sua formação sociológica e sua convivência com Karl Mannheim em Frankfurt, pôde acrescentar um novo viés sociológico em sua obra, identificado em seus trabalhos posteriores.

No segundo bloco-temático, as discussões relacionadas à formação do pensamento social alemão através da análise de sua base epistemológica e teórica darão lugar para o debate empírico e metodológico.

O bloco empírico-metodológico se inicia com um artigo de Lucas Cé Sangalli e Débora Rinaldi, no qual é discutido a respeito da pesquisa social interpretativa [*Interpretative Sozialforschung*], paradigma este que tem se expandido e fortalecido no contexto acadêmico alemão a partir da década de 1970. Os métodos qualitativos de pesquisa social empírica se diferenciam dos métodos quantitativos empíricos, entre outros aspectos, pela sua capacidade de generalização teórica com base em estudos de caso específicos. Além da geração de hipóteses, os métodos de pesquisa qualitativa têm como objetivo construir novas abordagens teóricas de explicação de fenômenos sociais. Para isso é necessário métodos que possibilitem o levantamento não estandardizado de dados e, sim, aberto, mas que mantenha princípios de controle e sistematização dos mesmos. Além disso, é necessária a combinação de métodos de análise qualitativa adequados para a análise dos dados qualitativos gerados. Diante deste paradigma, os autores apresentam a abordagem interpretativa de pesquisa social, se concentrando na discussão sobre o método qualitativo de entrevista narrativa biográfica e de análise de reconstrução biográfica. A discussão vai além da apresentação das bases teóricas desta metodologia, e apresentar sua forma de aplicação tendo como base dados biográficos gerados em um estudo empírico desenvolvido por um dos autores.

O segundo artigo do bloco empírico-metodológico, é do autor Takemitsu Morikawa, o qual tem como objetivo diferenciar as categorias sociais como “centro”, “semiperiferia” e “periferia” no âmbito da sociedade mundial. Enquanto o centro da sociedade mundial venha a ser caracterizado pela forma de diferenciação primária e funcional, a periferia assume características de diferenciação de estratificação e segmentar. A semiperiferia por sua vez, é definida como um espaço no qual a diferenciação funcional tenta prevalecer sobre outras formas de diferenciação. A definição e diferenciação das tem como base a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Embora cada uma destas categorias sociais tenham funções diferenciadas, elas se encontram em relação direta. A primeira delas pode ser compreendida pela proximidade cognitiva entre as categorias: centro e periferia. Isso pode ser compreendido quando percebido que a formação de uma identidade nacional fora do centro, só pode ser compreendida quando o centro em sua função for considerado nesta relação. Esta relação centro-periferia, compreendida como forma de diferenciação social, tem também fundamentação nas teorias pós-colonialistas, assim como nos escritos de Karl Marx. A segunda relação centro-periferia, no âmbito da sociedade mundial, se define pela posição

assumida pelo centro como indicador de fronteira centro-periferia. O indicador da fronteira entre ambas as categorias, analisado pelo autor trata-se dos direitos humanos. Mesmo que todas as regiões do globo estariam expostas aos efeitos estruturais da sociedade mundial, os direitos humanos, por exemplo, não seriam implementados igualmente nestas regiões. Partindo destas diferenças, o autor trabalha os conceitos de “cultura e identidade nacional”.

A autora Vanessa Capistrano Ferreira também toma como exemplo os direitos humanos para trabalhar sobre os quadros limítrofes de promoção da inclusão social e reconhecimento das diferenças sociais na Europa. Sua base empírica é a análise de casos de racismo julgados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Seu aparato teórico está embasado na abordagem reconstrutiva do Direito de Jürgen Habermas e na teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A autora contesta a aplicação exclusivista europeia dos direitos humanos, expondo lacunas jurisprudenciais comprometedoras de sua efetividade e legitimidade democrática no contexto social. Sua análise identifica as consequências com relação a experiências de privação de direitos, inferiorização e degradação das prerrogativas de reconhecimento. A autora contesta ainda as práticas jurisprudenciais que silenciam a arbitrariedade, a opressão e a humilhação de grupos colocados socialmente em posição inferior e assim excluídos do direito moderno.

Edson Paiva Soares Neto e Andréa Bittencourt Pires Chaves discutem, com base na teoria de Max Weber, o fenômeno da profissionalização da educação superior privatizada no Brasil. Os dados empíricos para a análise são entrevistas e práticas de observação conduzidas em universidades do setor privado, localizadas no Pará. O estudo tem como ponto de partida o conceito de Racionalidade Burocrática em Max Weber e reconstrução do mesmo através da análise dos dados empírico-qualitativos levantados. A análise é conduzida através do uso do método compreensivo de Max Weber, assim como do recurso heurístico denominado “tipo ideal”. Os resultados da análise mostram que a educação superior privada no Brasil incorpora a lógica funcionalista do sistema capitalista.

O ultimo artigo que compõe o bloco empírico-metodológico é de Aloizio Lima Barbosa. O autor adentra-se em um atual debate relacionado a moral, tomando como base teórica o debate desenvolvido por Nancy Fraser e Axel Honneth sobre os conceitos de redistribuição e de reconhecimento. Seu ponto de partida é o pensamento crítico de Jürgen Habermas, e o seu ponto de convergência com o debate de Fraser e Honneth. A partir do mapeamento da crítica sobre a moral de Habermas, o autor esboça e discute diferentes posicionamentos presentes nos modelos teóricos de Fraser e Honneth. Estes apontam para o modo como Habermas negligenciou os mecanismos de conflito em sua teoria, mantendo

assim um esquema rígido, separando o mundo do sistema e o mundo da vida. Enquanto Honneth compreende esta separação como ficção, Fraser mantém em determinado grau o dualismo de Habermas.

O Dossiê é encerrado com uma entrevista realizada em Heidelberg com o *Professor Eméritus* Wolfgang Schluchter, um dos nomes mais reconhecidos hoje internacionalmente quando se trata do escritos de Max Weber. Prof. Schluchter discute, após uma narrativa fascinante sobre sua biografia e a descoberta da obra de Max Weber, sobre os rumos da sociologia alemã e a importância da recepção de Weber para o desenvolvimento desta sociologia.

Referências

DAHMS, Hans-Joachim. Kontroversen in der deutschsprachigen Soziologie vor 1933. In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. (Org.). *Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie*: Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, Wiesbaden: Springer, 2018, p. 89–116.

EISERMANN, Gottfried. *Die Lehre von der Gesellschaft: Ein Lehrbuch der Soziologie*. 2. ed. Stuttgart: Ferdinand Enke Verlag, 1969.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie und Praxis: Sozialphilosophische Studien*. 4. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.

KÖNIG, René. *Soziologie in Deutschland: Begründer, Verfechter, Verächter*. München: Hanser, 1987.

LEPSIUS, Reiner. Die Entwicklung der Soziologie nach dem zweiten Weltkriege: 1945 bis 1967. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, n. 21, p. 25–70, 1979.

LICHTBLAU, Klaus. Anfänge der Soziologie in Deutschland (1871–1918). In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. (Org.). *Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie*: Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, Wiesbaden: Springer, 2018, p. 11–36.

_____. *Zwischen Klassik und Moderne: Die Modernität der klassischen deutschen Soziologie*. Wiesbaden: Springer, 2017.

OPP, Karl-Dieter. *Methodologie der Sozialwissenschaften: Einführung in Probleme ihrer Theorienbildung und praktischen Anwendung*. 6. ed. Wiesbaden: Springer, 2005.

VILLAS BÔAS, Gláucia. A Recepção da sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão. *BIB*, n. 44, p. 73–80, 1997.

_____. Revendo o lugar da sociologia alemã no Brasil: Do uso instrumental à pesquisa da recepção. In: MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M.; SOBOTTKA, E. A.; MUTZENBERG, R.; ARENARI, B.; TORRES, R. (Org.). *A modernidade como desafio teórico: Ensaios sobre o pensamento social alemão*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 19–34.

Recebido em 01-12-2018;
Revisado em 10-12-2018;
Publicação em 15-12-2018.